



**ATA N.º 27**  
**MANDATO 2013/2017**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se a primeira reunião da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo de 29 de setembro de dois mil e dezasseis, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1. Discussão e aprovação da ata da reunião do dia 30.06.2016 e 04.07.2016. -----
2. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----
  - 2.1. Adesão à European Label of Governance Excellence (ELoGE) do Conselho da Europa - Certificação; -----
  - 2.2 Proposta de aquisição de ações representativas do capital social da EDP Gás Distribuição, S.A. pela EDP Gás SGPS; -----
  - 2.3 Desafetação do domínio público de parte do caminho público, com área de 587,27 m<sup>2</sup>, sito no Lugar da Ribeira, freguesia de Campo e Sobrado; -----
  - 2.4 Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 1.225,00 m<sup>2</sup>, sita na rua 1.º de Maio, em Alfena; -----
  - 2.5 Concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no Município de Valongo, por um período de 36 meses; -----
  - 2.6 Contrato de Gestão de Eficiência Energética na Iluminação Pública - Aprovação das peças procedimentais e do projeto de decisão de contratar - Designação dos membros do júri do procedimento; -----
  - 2.7 Fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI), referente a 2017, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -----
  - 2.8 – Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2017; -----
  - 2.9 Lançamento de derrama sobre o lucro tributável, a cobrar no ano 2017; -----
  - 2.10 Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) para vigorar no ano 2017; -----
  - 2.11 Projeto de regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Valongo. -----
3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

bem como da situação financeira do mesmo. -----  
Estavam presentes vinte e nove elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara José Augusto Sobral Pires, os Senhores Vereadores, Luísa Maria Correia de Oliveira, Orlando Gaspar Rodrigues, Hélio Fernando da Silva Rebelo e Adriano Soares Ribeiro. -----  
Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Ana Maria Martins Rodrigues, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo, César Augusto de Oliveira Ferreira, Diomar da Silva Ferreira dos Santos, Nuno António Dias Monteiro e Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa, tendo sido substituídos, respetivamente, por Berta Maria dos Santos Ferreira Pinheiro, Narciso Joaquim Pereira de Moura, Cátia Andreia Campos Teles, José Eduardo Abreu Pereira, Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa e Joana Catarina Martins Machado. -----  
Verificou-se a falta dos Membros Henrique Jorge Campos Cunha e Ivo Vale das Neves, por imprevisto de última hora, não tendo sido substituídos, sendo a falta justificada. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião.-----

Tendo-se verificado a falta, justificada, da Segunda Secretária, Ana Maria Martins Rodrigues, a mesma foi substituída pela Membro Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Joaquim Jerónimo Pereira** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, apresentou uma **Proposta de Alteração ao Regimento** anexa à presente ata como **Doc.1**, cujo teor se transcreve: -----  
*“Nos termos do artº. 69º. – 1 e 2 do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, os membros desta AMV abaixo subscritos propõem as seguintes alterações ao Regimento, com vistas a uma melhor adequação do mesmo ao papel dos(s) deputados(s) independentes(s) em todos os níveis do trabalho desta Assembleia: -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ARTIGO 14.º -----

(Único Representante ou membro(s) independente(s) -----

O eleito que seja único membro de um partido político, coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores , membro(s) independente(s) e presidentes de junta que não integre(m) qualquer grupo municipal têm os mesmos direitos e deveres dos grupos municipais. -----

(...) -----

ARTIGO 32.º -----

(Duração do uso da palavra) -----

(...) -----

2. A distribuição do tempo, em cada um dos pontos da “ordem de trabalhos”, é feita da seguinte forma:

- a) Presidente da câmara ou substituto legal ..... 20 minutos
- b) Grupo municipal e membro(s) independente(s) com 1 a 5 elementos ..... 10 minutos
- c) Grupo municipal com 6 a 10 elementos ..... 15 minutos
- d) Grupo municipal com 11 ou mais elementos ..... 20 minutos
- e) Membros independentes não abrangidos pelo art.º 14º deste regimento..... 3 minutos (ELIMINAR)

3. Na apreciação da atividade municipal e discussão do orçamento e opções do plano, os tempos para as intervenções são distribuídos do seguinte modo: -----

(...) -----

- b) Grupo municipal com 1 a 5 elementos e membro(s) independente(s)..... 15 minutos

(...) -----

- e) Membros independentes não abrangidos pelo art.º 14º deste regimento ..... 5 minutos (ELIMINAR)

(\*) Alteração consensualizada com os vários grupos: -----

Esta proposta, se aprovada, dará lugar à constituição de uma comissão de revisão do Regimento com vistas a incluir eventualmente outras matérias e que deverá apresentar uma proposta concreta até à sessão ordinária de Fevereiro de 2017.” -----

Disse de seguida que já referiu um assunto, por diversas vezes, que tem a ver com uma ilegalidade urbanística na zona industrial de Alfena, Barreiro, onde há zonas corta-fogo entre armazéns que estão ocupadas indevidamente; não cabe a ele denunciar ninguém em especial, mas sim dizer que espaços de segurança devem ser mantidos como tal. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, começou por apresentar um **Requerimento – Ponto de situação referente à recomendação aprovada pela AM**, anexo à presente ata como **Doc.2** cujo teor se transcreve: -----

“Na sessão ordinária do passado dia 30 de junho de 2016, foi aprovada por unanimidade a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

recomendação “Valongo um concelho onde não há uma casa devoluta”. Passados 3 meses dessa aprovação, requeremos que nos sejam prestadas as seguintes informações: -----

- Já foi remetida essa recomendação à CM? -----
- Há algum feedback relativamente a essa recomendação? -----
- Já foram entregues as casas que em junho de encontravam devolutas?” -----

De seguida apresentou um **Requerimento – Ponto de situação do convite endereçado ao Conselho de Administração da Vallis Habita**, anexo à presente ata como **Doc.3**, cujo teor se transcreve: -----

“De acordo com o ponto 6º do regimento da AM, compete à AM acompanhar e fiscalizar as atividades da CM e dos serviços municipalizados. Na reunião da AM, na discussão de um ponto incluído na ordem de trabalhos, por solicitação da CDU, acerca do estado da habitação social no concelho, foi feito um convite ao Conselho de Administração da Vallis Habita para que este prestasse informações aos deputados eleitos nesta AM. -----

Esta informação não foi prestada na última AM por, supostamente, o presidente do conselho de administração estar de férias. Mas, agora, na reunião de líderes, a CDU teve conhecimento que existe total indisponibilidade do conselho de administração em prestar os necessários esclarecimentos. -----

No artigo 23º dos estatutos da empresa é referido que deve “a Vallis Habita, E.M. facultar quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da empresa e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos público e a evolução da sua situação económico-financeira” à CM. -----

Formalmente, não havendo obrigatoriedade de prestar estes esclarecimentos à AM, seria de todo desejável, que após os incidentes que ocorreram na AM aquando da discussão do ponto, estes fossem feitos. -----

Consideramos que a recusa do convite feito por esta AM é um ato de desrespeito por aqueles que foram eleitos diretamente pelos Valonguenses e mostra que da apregoada transparência e mudança de paradigma da CM até à boa prática, ainda falta percorrer um longo caminho.” -----

Disse de seguida que relativamente à toponímia, há uns meses a Assembleia procurou discutir e tomar medidas relativamente à designação de uma comissão que tratasse do assunto, e até agora não têm conhecimento absolutamente de nada, gostavam de saber qual é o ponto de situação. -----

A Associação Concelhia das Coletividades de Valongo vai participar nos jogos tradicionais mundiais, a realizar em Jacarta na Indonésia, no início de outubro, com dois elementos, o Presidente e um outro elemento da direção, os objetivos são de tomar conhecimento para a preparação dos jogos tradicionais mundiais que se vão realizar em Portugal em 2020, seria importante que a Câmara participasse com um apoio significativo. -----



O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.4**, cujo teor se transcreve: -----

“Na sessão de 29 de fevereiro de 2016 desta Assembleia Municipal, a bancada municipal PPD-PSD/PPM fez a seguinte intervenção: -----

**É pública a intenção do Governo de municipalizar a STCP.** Na verdade, já foram dados passos nesse sentido. Sem fazer considerações quanto à opção política em causa, reconhecemos que, sendo seguido o caminho da municipalização, **o melhor para o município de Valongo será participar na gestão da empresa** – juntamente com os municípios do Porto, Gaia, Matosinhos, Gondomar e Maia. Caso a gestão da STCP seja feita pelos vários municípios, **não participar significaria tornar-se no parente pobre para a empresa. Por outro lado, participar na gestão permitiria procurar soluções para problemas antigos de mobilidade encontrados no município de Valongo**, como é exemplo, aqui mesmo em Alfena, o transporte para a Escola Secundária. Note-se que a recente Carta Municipal da Juventude reconhece a existência de problemas com a mobilidade no concelho. O município deverá agir em conformidade e aproveitar a oportunidade para ocupar o seu espaço na resolução de tais problemas. -----

**Sucede que, com grande surpresa, vimos surgir noticiada na imprensa a reserva do presidente da Câmara Municipal de Valongo em participar na gestão da STCP.** Note-se que, segundo a imprensa, **esta foi a única Câmara a manifestar tal reserva, com a desculpa da limitação de recursos do município. Ora, estamos certos que, sendo o Governo da mesma cor política do presidente da Câmara, este conseguirá ter o peso político para ultrapassar, em sede de negociação, as dificuldades de índole financeira. Caso contrário, só poderemos interpretar a ausência de Valongo na gestão da STCP como inabilidade política, falta de coragem política ou falta de peso político do Senhor Presidente da Câmara.** -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara afirmou: -----

Quanto à questão da municipalização da STCP, foi colocada a possibilidade de estudar a municipalização da STCP, e **aquilo que ele disse foi: que queriam saber quais as implicações.** ----

A ideia é interessante, o que está em cima da mesa é as câmaras municipais assumirem o passivo operacional anual, que se estima entre 4 a 5 milhões, bem como assumirem o financiamento da renovação da frota, que são cerca de 60 milhões de euros. -----

Na reunião de 17 de junho de 2016 do Conselho Metropolitano, o Senhor Presidente da Câmara recusou-se a votar o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, SA. ----

Na reunião da Câmara Municipal de Valongo de 23 de junho de 2016, não obstante ter votado favoravelmente a minuta do referido Memorando, fazendo-a aprovar com os votos dos eleitos do PS,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*o Senhor Presidente da Câmara referiu publicamente, incluindo à imprensa, que não acredita no modelo, colocando o Município numa posição de grande fragilidade. -----*

*Sucedede que, o ministro do Ambiente do Governo do partido do Presidente da Câmara, veio afirmar que é seu objetivo que a STCP passe a ser gerida pelas autarquias já a partir de 1 de janeiro de 2017. Mais, no dia de hoje, foi aprovado em Conselho de Ministros o diploma relativo à nova gestão da STCP, que prevê isto mesmo. -----*

*Chegados a este ponto, impõe-se conhecer a posição que será adotada pelo Senhor Presidente da Câmara. Assumirá a sua oposição ao modelo? Será um convicto defensor da nova gestão da operadora de transportes urbanos? Ou será que a falta de convicção se acabou por transformar em falta de interesse na defesa do município no processo? Qual será a sua estratégia para defender a posição do município e conquistar o poder negocial que perdeu até aqui, devido à desastrosa gestão deste processo? -----*

*Quais foram as diligências tomadas pela Câmara Municipal, em particular desde julho, para ser ouvida no processo que resultou na aprovação hoje do modelo? Foi pró-ativa na defesa dos interesses do município ou ficou à espera, como já nos vem habituando, que alguém ligasse, que alguém se preocupasse e acabou por ter conhecimento do ponto de situação através da comunicação social (ou através desta intervenção)?” -----*

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, começou por dizer que apresentou um requerimento à Mesa, na sequência do panfleto que foi distribuído massivamente por todas as freguesias do concelho, que continha informação que não correspondia à verdade, e em resposta àquele panfleto foi pedido ao Senhor Presidente da Câmara que repusesse a verdade, e até hoje ainda não obtiveram resposta. -----

De seguida fez a leitura de um **Requerimento** que se anexa à presente ata como **Doc.5**. -----

Disse de seguida que a Escola Secundária de Ermesinde tem sido, novamente, objeto de visitas por parte dos Grupos Parlamentares, no entanto não é com visitas que a situação se resolve. -----

Neste momento, existe uma situação de impasse em que o Governo discute com as Câmaras a possibilidade de estas comparticiparem com 50% daquilo que é a contrapartida nacional, e no caso da Escola Secundária de Ermesinde estão a falar de 270 mil euros, e por parte do Senhor Presidente da Câmara tem havido a recusa com um argumento, com o qual concorda mas que até à data nunca foi cumprido, alegando que é uma competência da Administração Central e que deve ser o Ministério da Educação a suportar esse custo, embora seja prática desde há muitos os Municípios comparticipem investimentos da Administração Central localmente. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No caso dos três Centros de Saúde, o de Ermesinde, o anunciado de Alfena e anunciado de Campo, nenhum deles foi objeto de compra do terreno por parte da Administração Central, foram as Autarquias que disponibilizaram terrenos que obtiveram por doações, por cedência, e que que os disponibilizaram para que esse investimento avançasse. -----

Ceder um terreno que tenha um valor financeiro ou participar no valor, que apesar de não concordar com a metodologia, o que não tem remédio remediado está, pois correm o risco de perder os 3 milhões e 900 mil euros se não assumirem a participação. -----

Na última alteração orçamental e grandes opções do plano, e numa das partes da sua intervenção na reunião de Câmara realizada em Ermesinde foi, claramente, solicitar ao Senhor Presidente da Câmara e aos oito Vereadores, que não permitissem que o dinheiro sobranço do processo de expropriação do Estádio Municipal de Sonhos fosse gasto em equipamentos fora da freguesia, uma vez que tinha sido negociado no orçamento anual um conjunto de investimentos sendo esses investimentos utilizados como moeda do Município para que viabilizassem o orçamento, não sendo utilizado naquele equipamento devia ser utilizado noutro equipamento na mesma freguesia. -----

Na semana seguinte, nas grandes opções do plano, a proposta do Senhor Presidente da Câmara com a alteração orçamental faz com que desapareçam dos investimentos previstos para Ermesinde 195 mil e 900 euros, dos quais 125 mil voltam a entrar para um projeto sobre o qual ainda não há qualquer desenvolvimento, mantendo um saldo negativo de 73 mil e 900 euros. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.6**, cujo teor se transcreve: -----

*“Foi com incredulidade que o PSD assistiu à publicação do despacho da Presidência de Ministros, Finanças e Educação, 10805/2016 de 2 de Setembro, constatando nesse momento que o Município de Valongo foi contemplado com ZERO euros no âmbito da requalificação e modernização das infraestruturas das escolas secundárias de Ermesinde e de Valongo. -----*

*Em causa estão, como todos sabem, fundos comunitários 2020 que estavam previstos num mapeamento que, ainda a 5 de junho atribuíam cerca de 4 milhões de euros ao concelho de Valongo. -- Mas a situação é tanto mais grave quanto maior é a incapacidade negocial do Dr. José Manuel Ribeiro. -----*

*É que antes de estarem atribuídos os 4 milhões de euros até 5 de junho de 2016, discutia-se no Ministério da Educação um projeto de requalificação orçamentado em 6 milhões de Euros. Sim 6 milhões. -----*

*Era portanto este o montante que o Dr. José Manuel Ribeiro deveria ter defendido numa reunião da área metropolitana do Porto, onde se deveriam negociar os montantes definitivos que entretanto*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*chegariam a cada um dos municípios e a cada uma das estruturas a beneficiar. -----*

*A incapacidade e inépcia negocial do Dr. José Manuel Ribeiro é tal que entrou na reunião com uma necessidade de 6 milhões de euros e saiu com 4 milhões. -----*

*Importa ainda referir que em menos de 3 semanas a dotação prevista para as requalificações passou de 36,5 milhões de euros para mais de 60 milhões de euros. Portanto o argumento que todos os municípios saíram desta reunião com menos meios do que aqueles com que entraram... não corresponde à realidade, como aliás se pode comprovar com os casos dos seguintes municípios; Arouca, Espinho, Gondomar, Oliveira de Azeméis, Santo Tirso, Vale de Cambra e Vila do Conde. -----*

*Para estes 4 milhões entretanto alocados à requalificação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo, e 4 milhões é melhor do que ZERO, o município de Valongo, aliás como todos os outros municípios contemplados, teria apenas que assumir o compromisso de assegurar 7,5% do financiamento. No caso de Valongo estamos a falar de 300.000 euros a dividir por 2 anos. Os fundos comunitários assumiriam 85%, ou seja 3,4 milhões de euros e o Governo assumiria os restantes 7,5%, ou seja 300.000 euros. -----*

*Não satisfeito com o facto de se deixar ultrapassar em âmbito das negociações tidas na Área Metropolitana do Porto, prejudicando assim gravemente o Concelho, eis que o Dr. José Manuel Ribeiro aparentemente se esquece de assumir o compromisso perante o governo, compromisso esse assumido contratualmente por outros municípios do distrito do Porto que assim acederam às verbas estabelecidas em sede de mapeamento de infra estruturas da educação a serem financiadas pelo Norte 2020. -----*

*Com que direito assume o Dr. José Manuel Ribeiro esta decisão unilateralmente? Não competiria á CMV decidir se queria ou não alocar os seus meios a este tão necessário projeto? Relembro que a CMV não se esgota na sua pessoa... -----*

*Seguem-se, por parte do Dr. José Manuel Ribeiro, tentativas de tapar o sol com a peneira, escudando a sua incompetência atrás de argumentos absolutamente insustentáveis. -----*

*E no meio de tudo isto, apenas pressionado pela oposição do PSD, lá aparecem agora reuniões com deputados do PS e uma reunião com o Ministro da Educação na tentativa de correr atrás do prejuízo, e manter o investimento de 4 milhões de euros que, muito ou pouco, estava assegurado. -----*

*Não queremos acreditar que estes esquecimentos e incompetências do Dr. José Manuel Ribeiro tenham como objetivo atrasar o início das obras de requalificação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo para um ano de eleições autárquicas, procurando com este atraso retirar dividendos políticos das mesmas. O assunto é demasiado sério para que os alunos e encarregados de educação sejam usados como arma de arremesso político. -----*

*Estaremos portanto atentos a esta situação, e sempre que entendermos que os legítimos interesses*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

da população do concelho de Valongo estão comprometidos, tomaremos as medidas que consideremos adequadas ao objetivo de garantir a requalificação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo há muito necessária e ambicionada por todos os atores políticos e populações.”

De seguida apresentou uma **Moção – Por uma escola pública digna no concelho de Valongo**, anexa à presente ata como **Doc.7**, cujo teor se transcreve: -----

“Tendo sido recentemente tornado público o despacho da Presidência de Ministros, Finanças e Educação, 10805/2016 de 2 de Setembro no qual se constata que o Concelho de Valongo não é contemplado com verbas para a reabilitação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo. -----

Considerando que as escolas secundárias de Ermesinde e Valongo necessitam desde há vários anos intervenções urgentes. -----

Considerando que este fecho da janela de oportunidade com o Portugal 2020 resulta num desperdício de recursos para Valongo e Ermesinde e que existe a necessidade de obter verbas para as reabilitações das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo. -----

Considerando que a participação financeira que o município de Valongo terá que desembolsar é 300.000€ e dividida por dois anos. -----

Considerando que todas as forças políticas presentes nesta Assembleia sempre se pautaram pela defesa veemente da requalificação urgente das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo. -----

Considerando que a requalificação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo são um legítimo anseio das populações desde há vários anos. -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida no dia 29 de Setembro de 2016, delibera por \_\_\_\_\_ que o executivo municipal encete e assuma todos os esforços necessários para que o montante previsto em sede de mapeamento de infra estruturas da educação a serem financiadas pelo Norte 2020, não seja desperdiçado, antes seja devidamente aplicado a favor da melhoria das condições físicas das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Josué Lima Morais**, apresentou um **Voto de Louvor – Clube de Propaganda da Natação**, anexo à presente ata como **Doc.8**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa**, começou por apresenta uma **Proposta – criação de Comissão de Acompanhamento da Implementação de Medidas de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais**, anexa à presente ata como **Doc.9**. ---

De seguida apresentou uma **Moção sobre o IMI**, anexa à presente ata como **Doc.10**. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Paula Cristina da Silva Moreira**, apresentou um **Voto de Louvor ao atleta Rui Vinhas**, que se anexa à presente ata como **Doc.11**. -----



-----  
A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Joana Catarina Martins Machado**, fez a leitura de uma **Tomada de Posição – As escolas secundárias de Ermesinde e Valongo vão ver passar ao lado, mais uma vez, as obras que tanto precisam**, anexa à presente ata como **Doc.12**, cujo teor se transcreve: -----

*“No início deste mês, foi tornada pública pelo Governo uma lista de 90 escolas do grande Porto, a serem objeto de obras de recuperação e conservação. -----*

*Trata-se de uma lista de acordos de colaboração celebrados com o Governo, para intervenções nas escolas, a financiar de forma partilhada entre o Governo, que entrará com 92,5% e os Municípios, que participarão com 7,5% do valor total das obras. -----*

*Desta lista não faz parte o Município de Valongo, nem a Escola Secundária de Ermesinde, nem a Escola Secundária de Valongo, que pelos vistos, continuarão à espera de obras mais que necessárias e urgentes. -----*

*A Câmara de Valongo, ao ser-lhe perguntado porque não subscreveu estes acordos, responde que “não foi convocada” (pelo Governo). Se o não foi, possivelmente deveria ter-se apressado a fazer as necessárias diligências, contribuindo para a solução do problema da contínua e acentuada degradação das Escolas Secundárias de Ermesinde e Valongo. -----*

*A verdade é que cada vez que um dos partidos que têm partilhado o poder há mais de 40 anos, está no governo, continua a não fazer as obras e cada vez que está na oposição, acusa o que está no Governo de as não ter feito. Esta é uma novela negra, que se arrasta há demasiado tempo. -----*

*Não nos interessa participar nem alimentar todas essas falsas polémicas e questiúnculas, que apenas servem e são usadas para desviar as atenções do essencial – **a urgente necessidade de recuperar**, de forma racional, com qualidade e da forma mais económica possível, esses equipamentos fundamentais aos jovens e pais de Ermesinde e Valongo, que são as suas Escolas Secundárias.” -----*

-----  
O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Rui Alexandre Sevola Abreu**, apresentou um **Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários de Ermesinde e de Valongo**, anexo à presente ata como **Doc.13**. -----

-----  
A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Cátia Andreia Campos Teles**, apresentou uma **Recomendação – Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Valongo**, anexa à presente ata como **Doc.14**. -----



A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Ilídia Rosa Silva Maia**, apresentou um **Voto de Louvor – Festa do Brinquedo 2016**, anexo à presente ata como **Doc.15**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que relativamente à Festa do Brinquedo o que aconteceu este ano foi a prova de que quando se juntam vontades, quando se juntam sinergias as coisas acontecem, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, as associações, os fabricantes, os colecionadores, e com a vivência natural da população foi bonito aquilo que aconteceu. -----

Como Presidente da Junta não pode deixar de transmitir aquilo que é o sentimento da população, todos já ouviram falar da Jerónimo Martins, da grandiosidade do investimento, de como é bom para o concelho, de que o Senhor Presidente da Câmara fez um trabalho extraordinário em conseguir que o investimento se concretizasse efetivamente, e portanto estamos todos orgulhosos porque têm um investimento de 50 milhões, a promessa de muitas centenas de postos de trabalho, e isso é bom, porque sem investimento não há criação de riqueza, e se não há riqueza não há qualidade de vida. --- Quanto à qualidade de vida, a rua Nossa Senhora do Amparo, falam de um investimento daquele vulto, onde existe a Chronopost, em breve a Jerónimo Martins, e quando o acesso a essa zona industrial continua a ser e do há 20/30 anos, algo vai mal. -----

Quando o Senhor Presidente da Câmara diz que conseguiu a requalificação da rua, depois ve-se que a requalificação da rua é o tapete que o rebentaram todo para meter a água, as pessoas queixaram-se; depois veio o abaixo-assinado; na Conferência de Representantes o Eng.º Diomar disse que o Senhor Presidente da Câmara já respondeu aos moradores, que mandou uma carta, mas esses moradores pediram uma reunião, e na última Assembleia foi aprovada, com os votos contra do PS, uma Moção no sentido da Câmara, a Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia reunir com os moradores, o que não aconteceu. -----

De seguida apresentou os seguintes Documentos: -----

- **Moção – Rua Nossa Senhora do Amparo**, anexa à presente ata como **Doc.16**; -----

- **Moção - Infomail**, anexa à presente ata como **Doc.17**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso**, disse que relativamente à Escola Secundária de Ermesinde, em 2011, quando o PS era Governo, estava aprovado pela Parque Escolar o início das obras na Escola Secundária de Ermesinde, com a proposta de início dos trabalhos para 24 de abril de 2011. -----

Entretanto houve eleições, com alteração de Governo, o Ministro da Educação da altura decidiu anular o processo de adjudicação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O processo esteve em curso, a obra adjudicada, quando o Governo do PSD entra em funções e decide anular todo o processo, pelo que a realidade da Escola Secundária de Ermesinde poderia ser muito diferente. -----

Em 17 de maio, sob proposta da CCDR-N e da DGEST, o mapeamento das infraestruturas da educação, foram afetos 4 milhões para as escolas de Valongo. -----

No dia 1 de junho um representante do PSD assumiu, perante a comunicação social, que estariam 12 milhões de euros disponíveis para a requalificação da Escola Secundária de Ermesinde. -----

Em 2016, aquando da vinda do Senhor Primeiro-Ministro à Loja do Cidadão, em Ermesinde, o Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, no seu discurso fez notar a necessidade dessa intervenção, juntando-se inclusivamente a um grupo de crianças que tiveram oportunidade de entregar ao Primeiro-Ministro as suas preocupações. -----

Disse de seguida que a diplomacia política é aquilo que lhes compete neste momento, se todos querem chegar a bom porto e concretizar o processo, até porque esse mesmo argumento tinha sido apontado pelo representante do PSD na altura que garantiu os 12 milhões, disse que o PSD vinha vindo a fazer toda uma diplomacia política, enumerando reuniões com o Primeiro-Ministro, Ministro da Educação, Comissão de Coordenação. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia *no final da reunião*, sendo **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão **a ata da reunião do dia 30.06.2016**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida colocou à discussão **a ata da reunião do dia 04.07.2016**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto **2.1. Adesão à European Label of Governance Excellence (ELoGE) do Conselho da Europa – Certificação**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, perguntou se existem custos para o Município com a adesão. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que o processo foi desenvolvido a partir do Conselho da Europa, e no país foi dinamizado pelo Governo através Direção das Autarquias Locais, houve um apelo a que todos os municípios olhassem para a proposta e ponderassem entrar nessa estratégia de inovação de governação ao nível local. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Estão a falar de 12 princípios estratégicos que acabam por ter alguma dimensão; não sabe contabilizar a necessidade de implementar as medidas, as soluções para alcançar o cumprimento dos objetivos, mas isso quando decidiram aderir é porque concordamos com os princípios. -----

A adesão vai ter custos indiretamente, como qualquer processo de certificação, a adesão imediata não tem mas, futuramente terá. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **2.1. Adesão à European Label of Governance Excellence (ELoGE) do Conselho da Europa – Certificação**, sendo **aprovado por maioria** com 26 votos a favor e 3 abstenções do Grupo Municipal da CDU. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto **2.2 Proposta de aquisição de ações representativas do capital social da EDP Gás Distribuição, S.A. pela EDP Gás SGPS**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 15 votos a favor, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado, Alfredo costa Sousa e 1 voto do Membro Independente, Celestino Marques Neves. -----

**Abstencões:** 14 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD/PPM, 3 abstenções do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto **2.3 Desafetação do domínio público de parte do caminho público, com área de 587,27 m2, sito no Lugar da Ribeira, freguesia de Campo e Sobrado**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação de **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto **2.4 Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 1.225,00 m2, sita na rua 1.º de Maio, em Alfena.** -----

O Senhor **Membro Independente Celestino Marques Neves**, disse que acha estranho que este ponto tenha sido agendado, pois existem 17 reclamações, fundamentadas, apresentadas pelos moradores da urbanização onde se insere o Restaurante Teles, o Chines, o Bibo Poro, e o terreno é junto a essa urbanização. -----

Foi uma cedência à Câmara que resultou do contrato de urbanização com o promotor a imobiliária para zonas verdes, a Câmara não fez nada e agora vai cedê-lo a uma Associação de Alfena, contra a qual não tem rigorosamente nada, os Motards de Alfena. -----

Disse de seguida que existem constrangimentos naquela zona, e para além de tudo é errado fazer isto, pois foi cedido para uma finalidade e que não está a ser usado com essa finalidade. -----

Para além disso há constrangimentos na zona, há falta de espaço para fazer manobras, as pessoas





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

naquela área comercial para irem para o centro de Alfena têm que ir à rotunda da A41, não tem alternativa para regressar sem ir à rotunda da A41, usam um caminho pedonal entre os armazéns que é resultado da mesma urbanização. -----

A Câmara sabendo destes constrangimentos vai ceder a uma associação, que é digna, mas que tem seguramente outros sítios onde se instalar. -----

Mais grave é que as reclamações entregues em julho não tiveram resposta, o que lhe parece errado, e seguramente os moradores estão muito zangados. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que o Moto Clube de Alfena é uma associação jovem, a qual tem o prazer de a acompanhar desde a sua fundação, com muita história de trabalho e de envolvimento com a comunidade, são dinâmicos e têm dinheiro para construir uma sede, tinham dificuldade em ter um espaço para eles; um dia deram uma volta a Alfena e, à beira da A41 existe um terreno, há quase há 40 anos, tinha lá tudo menos o que devia, e ninguém se importou. -----

Lançaram o desafio à Câmara e assumiram tratar do processo; enquanto não tinha utilidade nenhuma não servia para nada tudo bem. Neste momento em que se quer dar uma utilidade pública, uma associação que tem um papel muito importante na comunidade está interessada. -----

Disse de seguida que aquilo não dá para nada, é um beco, se o processo avançar vai ser feita uma rua que vai dar para estacionar e onde vai ser construída a sede ou seja, toda aquela zona vai ficar muito melhor com o arranjo urbanístico. -----

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que não tem nada contra o Moto Clube de Alfena. -----

Foi apresentado à Câmara, pela Dra. Maria José Azevedo, PS, um estudo preliminar para estudar um caminho alternativo naquela zona, porque há um estudo preliminar para criar uma alternativa naquela zona. -----

Disse de seguida para se encontrar uma alternativa que cumpra e não deturpe a lei; quanto às cedências, são para outra coisa, a Câmara tem mais terrenos em Alfena. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que se trata de um local sem saída, e não se vai criar nenhuma saída para cima da rotunda da A41. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que quando recebeu o Senhor Presidente da Associação e o Senhor Presidente da Junta, comprometeu-se a estudar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

internamente o assunto, e depois foi-lhe dito que era possível. -----

O processo, a seu ver, só peca porque demorou muito tempo, mas quando surgiu um conjunto de questões colocadas por um conjunto de cidadãos foram analisadas para ver se existia algum impedimento legal, o a informação que lhe foi dada é que não havendo esse tipo de questões não há nenhuma obrigatoriedade de responder ou de enviar comunicações aos proponentes. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação ponto **2.4 Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 1.225,00 m2, sita na rua 1.º de Maio, em Alfena**, sendo **aprovado por maioria**, com **28 votos a favor e 1 voto contra** do **Membro Independente Celestino Marques Neves**. -----

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, fez uma **Declaração de Voto** anexa á presente ata como **Doc. 18**, cujo teor se transcreve: -----

*“Voto contra e vencido, relativamente a assunto 2.4 constante da adenda à Ordem de Trabalhos (Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 1.225,00 m2, sita na Rua 1.º. De Maio, em Alfena) pelas seguintes e principais razões: -----*

- 1. O terreno em causa foi cedido à Câmara nos termos da Lei mas para além disso, justifica-se de facto o seu efectivo uso para resolver vários constrangimentos que a urbanização onde se insere enfrenta - inexistência de equipamentos públicos naquele local e necessidade de um traçado alternativo de saída para o centro de Alfena que obste à necessidade de ir à rotunda da A41; -----*
- 2. Para além disso, um grupo de moradores entregou em 19 de Julho de 2016 um ‘abaixo-assinado’ com 29 assinaturas solicitando uma reunião urgente com a Câmara para falarem sobre a intenção desta em ceder a referida parcela a uma Associação alfenense, sem que até agora lhes tenha sido dada uma resposta; -----*
- 3. Por último, foi entregue um conjunto de 17 ‘reclamações fundamentadas’ – uma, por mim próprio em 07/07/2016 e outras 16 em 20/07/2016 – sobre o mesmo assunto, sem que até à data a Câmara tenha dado resposta aos reclamantes;” -----*

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto **2.5 Concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no Município de Valongo, por um período de 36 meses**. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa**, disse que relativamente ao ponto faz parte das competências do Município a recolha dos resíduos urbanos do concelho, pelo que não há motivo para que o Município não faça a sua gestão com a mesma ou melhor eficiência da que é prestada por uma empresa privada. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Joana Catarina Martins Machado**, fez a leitura de uma **Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.19**, cujo teor se transcreve: -----

*“Ao fim de mais três anos de concessão/privatização, à qual o senhor presidente da Câmara gosta de chamar aquisição de serviços, eis que surge nova proposta para concurso de concessão/privatização para prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no município de Valongo, por mais um período de 36 meses. -----*

*Mais 3 anos em que a única diferença em termos estruturais foi apenas a aplicação dos acordos de execução realizados com as juntas de freguesia, decorrentes da aplicação da lei 75/2013. -----*

*Mais 3 anos em que o município não deu um único passo no sentido da reversão das concessões/privatizações e que, com esta proposta de concurso, se prepara para dar continuidade ao ruinoso caminho até aqui seguido. -----*

*Está mais do que provado que, para além de não significarem qualquer melhoria no funcionamento dos serviços prestados, as concessões/privatizações foram e são um dos grandes responsáveis pela difícil situação financeira do município. -----*

*Porque é necessária uma alternativa e porque estamos convictos que a solução não passa por mais concessões/privatizações, mas sim pela definição de um caminho que leve à sua reversão, a CDU vota contra esta nova proposta de concurso de concessão/privatização para prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no município.” -----*

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, disse que concorda com a prestação de serviços; o desinvestimento que foi feito pela Câmara Municipal ao longo dos anos fez com que a Câmara deixasse de ter equipamentos capazes e eficientes para assumir uma recolha efetiva. -----

No entanto é necessário fazer um caminho e associada a esta prestação de serviços deve ser repensada a recolha porta a porta, o alargamento de contentores semienterrados deve ser um caminho, e onde existem os contentores semienterrados deve deixar de existir a recolha porta a porta. É inadmissível que se continue a assistir a sacos do lixo pousados às 10 da manhã, quando existe um contentor a 20/30 mts ou 50 mts, a culpa é das pessoas porque o civismo não é algo que a Câmara tenha que incutir ou que trabalhar junto das pessoas, é uma questão de educação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que se trata de uma prestação de serviços, uma aquisição de serviços; compreende que digam que, em Valongo, estão a fazer uma concessão, privatização, confundindo isso com prestação de serviços. -----

Disse de seguida que existem muitas câmaras no país governadas pela CDU onde fazem exatamente o que estão a fazer em Valongo. -----

Continuou dizendo que a Câmara está impedida de contratar, não tem funcionários, e têm que garantir a execução do serviço. -----

O contrato foi condicionado pelo PARPESU, que é um documento de ação que está ligado a metas que os concelhos, designadamente os concelhos que estão na área da LIPOR, se comprometeram a cumprir num determinado período de tempo, e que envolve uma profunda mudança comportamental das famílias, das autarquias, no sentido de reduzir o que é chamado o resíduo indiferenciado. -----

Portanto ou encaram a necessidade de mudança de comportamental, o que implica olhar com outros olhos para os molok, e neste processo não existe nenhuma abertura para colocar novos molok, a não ser os que existem terem condições, porque muitos estão com os lixiviados, impregnados de resíduo e causam maus cheiros, mas o objetivo estratégico é retirá-los de forma gradual. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que normalmente quando tomam uma posição destas, o Senhor Presidente da Câmara vem sempre com a questão das câmaras da CDU, e gostava que o Senhor Presidente quando refere em concreto, ou quando assinala a CDU também gostava que referisse quais câmaras; a CDU ganhou câmaras municipais nas últimas eleições que estavam sob o PAEL, e ganhou-as precisamente ao PS. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que foram eleitos para encontrar soluções, e na Área Metropolitana de Lisboa há várias câmaras que compram serviços de limpeza, e não está contra isso. -----

Quando têm um problema têm duas formas de o encarar ou querem resolvê-lo ou fazem de conta que o vão resolver; se não podem contratar pessoas como é que recolhem os resíduos? -----

Se não podemos recolhe-los porque não temos pessoas temos que encontrar uma alternativa. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que é um processo muito mais complexo que passa pelas decisões políticas que ao longo de vários anos de governação do PS e do PSD tenham asfixiado as autarquias. É por essa razão que quando tomam a posição contra a concessão, que para eles é uma privatização encapotada, tomam-na exatamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

porque estão de acordo com as dificuldades que foram criadas às autarquias que não podem contratar. -----

A discussão tem a ver com políticas que têm dificultado às autarquias, aos municípios nas soluções melhores para defesa dos munícipes. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, disse que pretendia um esclarecimento, o Senhor Presidente da Câmara; durante a discussão disse que a Câmara não podia contratar mas, recentemente, a Câmara abriu dois procedimentos concursais, aliás três, um para chefias, um para técnicos superiores e um para assistentes operacionais para as escolas e assistentes técnicos para a Loja do Cidadão. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que tiveram uma autorização conjunta para contratar 12 pessoas para o Espaço Cidadão e que dois Secretários de Estado do Governo do PSD é que autorizaram. -----

Este ano, o governo atual deu a possibilidade, através de uma autorização da Assembleia, de contratar 10 auxiliares para as escolas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **2.5 Concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no Município de Valongo, por um período de 36 meses**, sendo aprovado **por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 15 votos a favor, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta de Alfena, Arnaldo Pinto Soares, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho e 1 voto do Membro Independente, Celestino Marques Neves. -----

**Votos Contra:** 4 votos contra, sendo: 3 votos do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Grupo Municipal do BE. -----

**Abstencões:** 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD/PPM. -----

De seguida colocou à discussão o ponto **2.6 Contrato de Gestão de Eficiência Energética na Iluminação Pública - Aprovação das peças procedimentais e do projeto de decisão de contratar - Designação dos membros do júri do procedimento**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que o que se pretende é passar a iluminar todo o concelho com novas tecnologias, e com a poupança que daí





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

advém pagar-se o investimento, vão ligar as lâmpadas todas? -----  
-----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Josué Lima Moraes**, disse que a se trata de uma medida, em termos de eficiência energética, uma medida ótima, que vem acabar com a escuridão do foco sim foco não desligados; a tecnologia que está pedida é a tecnologia LED, está pedido que concorram as ESE – Entidades de Serviços Energéticos, que são entidades que têm fundos próprios, legislação própria, que vão fazer um investimento e que vão ser ressarcidas pelo diferencial entre aquilo que a Câmara pagava anteriormente e o que vai poupar em termos de fatura energética. -----  
A poupança atual com as tecnologias andam à volta de 50%/60%, vai depender da tecnologia que for utilizada, a tecnologia LED tem vantagens muito grandes, é cerca de metade da potência necessária para conseguir a mesma iluminação, conseguindo maior duração das lâmpadas em relação às lâmpadas atuais. -----  
-----

O senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que está de acordo com a medida, mas a sua questão é outra: há alguma razão específica que tenha obrigado a só agora, a um ano das eleições, se tomar esta medida. -----  
-----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse o PSD congratula-se sempre que vê por parte da Câmara medidas de gestão positivas, criticam quando é necessário e concordam quando está bem feito. -----  
Espera que o processo que se vai iniciar que não encontre dificuldades como podem vir a acontecer como reclamações de entidades que venham candidatar-se; que avance rapidamente e, o mais depressa possível, esteja implementado. -----  
-----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, disse que concorda com a medida, a tecnologia LED é uma medida que causou muita estranheza porque a eficácia e a luminosidade não era semelhante à tradicional, mas tem evoluído e permite efetivamente tirar rentabilidade. -----

Disse de seguida que apelava para que na fase de implementação seja considerado a localização dos postes de iluminação; há postes que estão no meio da copa de árvores. -----  
-----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa**, disse concordarem com os princípios que estão subjacentes à gestão da eficiência energética, mas têm algumas reservas quanto às entregas das mais-valias da poupança a uma ESE a 16 anos, acreditam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

que pode haver a substituição por outras vias. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que não se comprometeu a ligar lâmpadas, no passado elas foram desligadas poste sim poste não, existem 16 mil pips de iluminação pública, desses 16 mil mais de 10 mil estão ligados, 5 mil estão desligados. ----- Há cerca de um mês houve um acordo entre a EDP e a Associação Nacional de Municípios, para alterar o anexo da tecnologia da rede IP. -----

A EDP não aceitava alterar a tecnologia e incluir no anexo que suporta os contratos de concessão aceitando meter LED, andaram dois anos e tal quase três anos a trabalhar. -----

Fizeram uma parceria como INEGI, aderiram à Agência de Energia do Porto, foram a Lisboa várias vezes, foi preparado um processo para evitar problemas. -----

O Senhor **Vice-Presidente, José Augusto Sobral Pires**, disse que o concurso é extremamente exigente porque à partida pede uma poupança de 60% em relação ao consumo atual, e que não fosse de difícil manutenção, e isso tinha a ver com a posição da EDP que só há cinco meses começou a mudar de posição, e o facto de ter chegado a acordo com a Associação Nacional de Municípios. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **2.6 Contrato de Gestão de Eficiência Energética na Iluminação Pública - Aprovação das peças procedimentais e do projeto de decisão de contratar - Designação dos membros do júri do procedimento**, sendo **aprovado por maioria**, com 28 votos a favor e 1 voto contra do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto **2.7 Fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI), referente a 2017, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 17 votos a favor, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 3 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa e 1 voto do Membro Independente, Celestino Marques Neves. -----

**Votos Contra:** 1 voto contra do Grupo Municipal do BE. -----

**Abstencões:** 11 abstencões, sendo: 10 abstencões do Grupo Municipal do PSD/PPM e 1 abstencão do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

seguinte **Declaração de Voto**: -----

*“Mantemos o mesmo sentido de voto que foi feito na reunião de Câmara pelos nossos Membros no executivo. -----*

*Esta proposta no geral é semelhante à do ano anterior, altera aqui apenas no que diz respeito de poder fixar a redução na taxa de imposto atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, há aqui uma modificação sendo que no ano anterior havia uma escala percentual e este ano há uma parte de valor absoluto; este valor absoluto, de acordo com os nossos cálculos inclusivamente beneficiam em algumas situações os agregados familiares que têm dependentes, três ou mais. -----*

*Portanto, nós obviamente estamos de acordo porque mantemos aquilo que já era do ano anterior; vemos sempre com bons olhos quando sentimos que há possibilidades de que agregados familiares com mais dependentes a cargo possam ter aqui alguns benefícios extra.” -----*

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou seguidamente à discussão o ponto **2.8 – Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2017**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 18 votos a favor, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 3 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares, 1 voto do Presidente d Junta de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa e 1 voto do membro Independente Celestino Marques Neves. -----

**Abstencões:** 11 abstenções, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD/PPM e 1 voto do Presidente de Junta de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto **2.9 Lançamento de derrama sobre o lucro tributável, a cobrar no ano 2017.** -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa**, apresentou uma **Proposta – Isenção de derrama**, anexa à presente ata como **Doc. 20.** -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que relativamente ao lançamento da derrama sobre o lucro tributável, a proposta é equivalente ao que foi proposto o ano passado pelo PSD. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que com o IMI vão abdicar de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

quase 300 mil euros, a proposta que trazem da Câmara estimam menos 100 mil euros, a Câmara vai ficar sem 400 mil euros, entende a proposta, mas chegar uma proposta que não sabem quantificar não é correto. -----

Não sabe se é possível saber quantas micro empresas foram instaladas na sede, essa informação não é da Câmara, é um favor que a Autoridade Tributária faz, quando faz. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração do Membro do Grupo Municipal do BE Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa para alterar a Proposta anexa à presente ata como Doc. 20 para Recomendação, o que foi aceite. -----

De seguida colocou à votação o ponto **2.9 Lançamento de derrama sobre o lucro tributável, a cobrar no ano 2017**, sendo aprovado por unanimidade. -----

Colocou seguidamente à discussão o ponto **2.10 Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) para vigorar no ano 2017**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, perguntou qual é a taxa que está, atualmente, fixada. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem ao longo dos anos nunca foi adotada. -----

Fizeram a proposta por uma razão: os serviços, com base na informação que têm dizem que a taxa poderá render de receita 40 mil euros, estando a abdicar de 400 mil euros com a receita de 40 mil euros estão a tentar atenuar a perda de 400 mil euros. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que se vão abster relativamente a este ponto, de qualquer das formas é um montante que virá não dos municípios propriamente ditos mas das empresas que vão ter que pagar. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, disse que o Senhor Presidente da Câmara, na altura, quando por proposta do PSD foi fixada a taxa em 0,00, fez um drama, a taxa foi criada com zero com o argumento de que era impossível quantificar o valor que o Município ia arrecadar, porque o valor seria entregue pelas empresas de comunicação e eles não prestavam a informação correta e não conseguiam quantificar quantos clientes é que eles teriam e, como não seria uma fonte de receita fidedigna quem a pagaria seria sempre o consumidor final. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Votará contra usando os mesmos argumentos que o Senhor Presidente da Câmara utilizou na altura em que a taxa foi fixada em 0%. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que sobre esta matéria votou sempre contra, mas as condições eram diferentes, na altura o IMI era superior, não havia a medida do IMI famílias, mas a verdade é que ela só é aplicada a quem tem casa, as famílias que têm filhos e estão em casas arrendadas não têm este benefício. -----

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que na fatura da luz a Câmara está a receber a taxa, vão aprovar a obrigatoriedade de uma taxa que já está a ser paga? Na última fatura da luz - taxa de ocupação de subsolo, pagou 0,06. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que a taxa da EDP é uma taxa diferente. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **2.10 Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) para vigorar no ano 2017,** sendo **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 18 votos a favor, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 3 votos do grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa e 1 voto do Membro Independente, celestino Marques Neves. -----

**Votos Contra:** 1 voto contra do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho. -----

**Abstencões:** 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD/PPM. -----

De seguida colocou à discussão o ponto **2.11 Projeto de regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Valongo.** -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, perguntou se é possível que a qualquer momento o horário possa ser alterado em função das circunstâncias? -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que os artigos 10.º e 11.º dão a possibilidade, enquanto representantes da comunidade, de restringir ou alargar, mediante





fundamentação. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **2.11 Projeto de regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços do município de Valongo**, sendo **aprovado por maioria com 26 votos** a favor e 3 abstenções do Grupo Municipal da CDU. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto **3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto **Pós Ordem do Dia**. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente à toponímia, comprometeu-se com o Presidente da Comissão, Prof. Jacinto Soares, a reunir com a Comissão de Toponímia e dar-lhes um prazo para resolverem o problema dos nomes a atribuir às vias, caso não cumpram com esse prazo a Câmara avoca e vai tratar de definir rapidamente essa questão. -----

Sobre a questão da STCP, as diligências tomadas pela Câmara Municipal, o Presidente da Câmara reúne sistematicamente com os seus pares no âmbito do Conselho Metropolitano, mantém o que disse, tem muitas dúvidas, não acredita no modelo, sempre disse que deviam estar dentro e não fora. Desde de que assinaram o protocolo, passaram a fazer parte do processo, o representante do Município na Unidade Técnica, é uma espécie de regulador dentro da Autoridade Metropolitana dos Transportes é o Senhor Vice-Presidente, e nem um nem outro foram convidados para nenhuma reunião, porque ainda não se realizou nenhuma reunião para discutir o assunto. -----

Relativamente ao assunto das escolas, enquanto Presidente de Câmara, enquanto Membro Municipal, enquanto Vereador nunca andou a criar falsas expectativas, tem a obrigação de encontrar a melhor forma do concelho ser tratado com justiça. -----

Em 27 de janeiro de 2015, no âmbito de um exercício de planeamento pedido pela CCDR-N, entidade que gere os fundos comunitários, foi feito um primeiro exercício com escolas de toda a região norte, para efeitos de mapeamento, nesse exercício estava uma única escola do concelho de Valongo, a Escola Secundária de Ermesinde, e duas escolas do concelho da Maia. -----

Em maio de 2015, foi feito um mapeamento pelo governo através da DGEST, e aparece Ermesinde e entra também Valongo; a DGEST percebe que havia uma injustiça ao deixar de fora a Escola Secundária de Valongo, e mete-a com uma verba simbólica de 100 mil euros, retirados aos 4 milhões para Ermesinde, e aparece a Escola Vieira de Carvalho, com 2,5 milhões, para serem feitas obras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

para ter mais alunos. -----

As escolas não são da Câmara, são da DGEST., e a DGEST é que tem condições para avaliar quanto custa uma intervenção. -----

Não houve obras, o parque foi-se degradando, o próprio parque escolar da Câmara precisa de intervenções, foi identificada uma necessidade de mudança de coberturas de cerca de 1 milhão, e mais 4 milhões de intervenções diversas no parque escolar da Câmara, já fizeram uma intervenção na ordem de 1 milhão de euros, ainda precisam de fazer intervenções que ascendem a 4 milhões de euros. -----

Disse de seguida que o que vai acontecer é que o Ministério da Educação vai deixar de fazer obras, essa é a orientação na política de descentralização, quando foi o mapeamento dos centros de saúde houve uma discussão da possibilidade das câmaras poderem ser responsáveis pela questão do financiamento, o que foi rejeitado, tanto quanto foi rejeitado na questão das escolas, porque se virem o mapa há câmaras que não têm nenhuma verba na coluna da Administração Central, porque o Estado, a DGEST, nunca aceitou. -----

Quanto à questão da rua Nossa Senhora do Amparo, já teve oportunidade de esclarecer todos os moradores; o processo tem sido feito da forma mais sólida, foi esclarecida a população e portanto aquilo que aguardam é que façam bem a obra. -----

Sobre a questão da ponte estão disponíveis para avaliar. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que o que foi pedido foi uma reunião com os moradores e não é o senhor Presidente da Câmara dizer que está tudo resolvido. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação da sessão em outro dia, o que foi aceite, ficando agendada uma segunda reunião para o dia 10 de outubro, às 21 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.1. 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10 e 2.11, sendo aprovado por unanimidade, dando por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO**

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

A 2ª Secretário: \_\_\_\_\_

A 2ª secretária: \_\_\_\_\_